

anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA

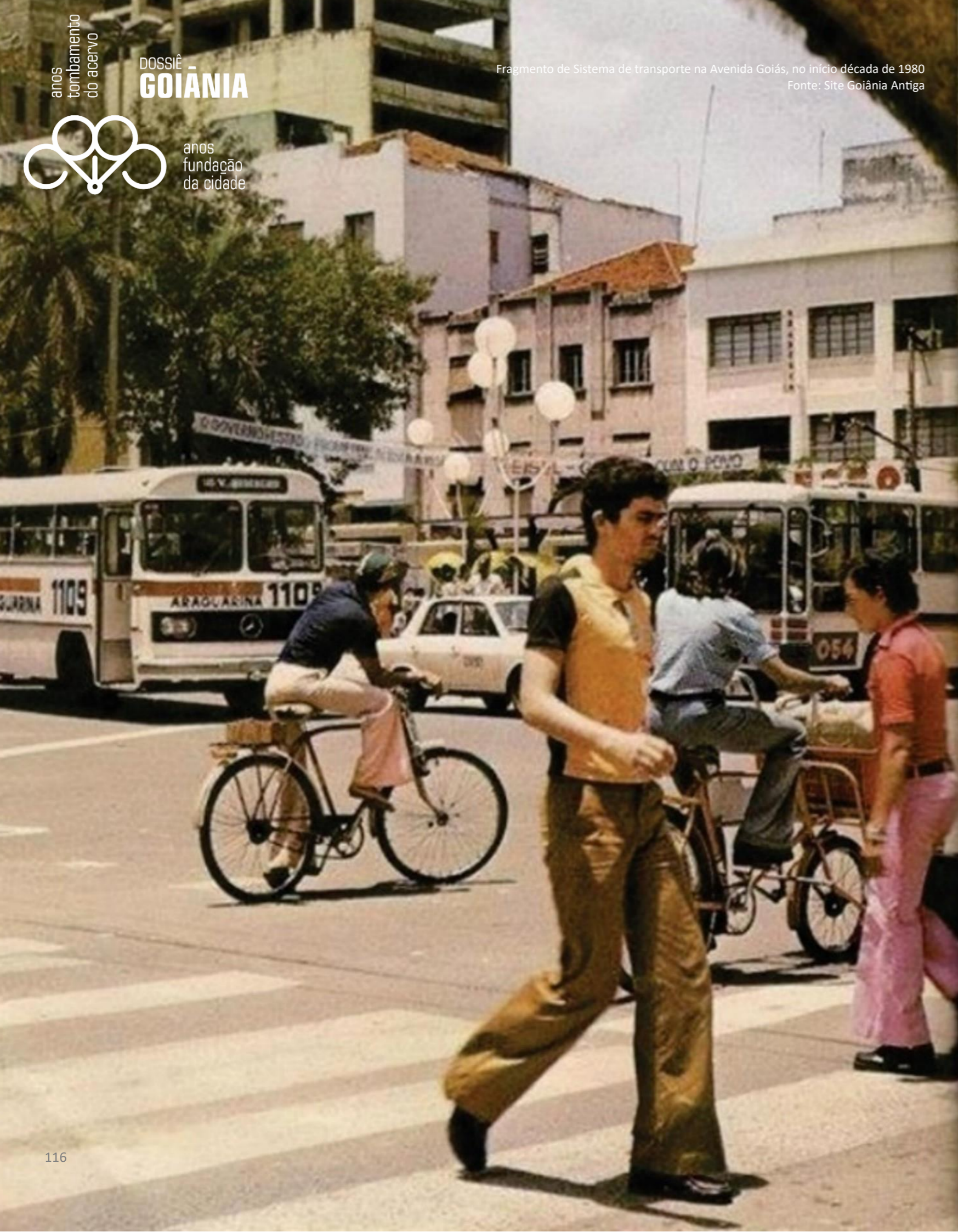


anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793



A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DO CENTRO HISTÓRICO DE GOIÂNIA

THE TRANSFORMATION OF THE LANDSCAPE IN THE HISTORIC CENTER OF GOIÂNIA

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10732053>
Envio: 12/11/2023 ♦ Aceite: 16/12/2023



DEUSA MARIA RODRIGUES BOAVENTURA

Doutora em Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Trabalha com pesquisa em Arquitetura e História das Cidades. deusa.boaventura@ueg.br



BRUNO BOMFIM MORENO

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Dourados (UFGD). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). bruno.moreno@ueg.br



PATRICK DI ALMEIDA ZECHIN

Doutor em Arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Trabalha com pesquisas relacionadas à lógica social do espaço. patrick.zechin@ueg.br

Resumo - A paisagem é uma categoria de análise da geografia. Seu estudo auxilia a compreensão das transformações dos espaços produzidos por diversos agentes, e relacionados à economia, à cultura e às características físicas dos lugares. Paisagem urbana é o resultado da interação entre o meio físico, os grupos sociais que o habitam e o espaço construído. Com esse entendimento, o artigo visa apresentar a lógica da transformação da paisagem do Centro Histórico de Goiânia, que vem sendo modificado ao longo dos anos, e, portanto, se caracteriza por ser um palimpsesto, um acumulador de formas, de usos e de significados. Nos últimos anos, ações do mercado imobiliário vêm impactando o seu patrimônio e a sua paisagem, marcando-os com importantes substituições de suas tradicionais estruturas, seguindo a lógica do “sempre novo” e promovendo novas ocupações. A pesquisa foi organizada em etapas: revisão bibliográfica e levantamentos documental e fotográfico, que contribuíram para a obtenção de dados sobre o bairro.

Palavras-chave: Paisagem. Transformações. Espaço. Centro histórico. Goiânia-GO.

Abstract - Landscape is a category of analysis in geography. Its study helps us to understand the transformations of spaces produced by various agents and related to the economy, culture and physical characteristics of places. Urban landscape is the result of the interaction between the physical environment, the social groups that inhabit it and the built space. With this understanding, the article aims to present the logic of the transformation of the landscape of the Historic Center of Goiânia, which has been modified over the Years and, therefore, is characterized by being a palimpsest, an accumulator of forms, uses and meanings. In recent years, actions by the real estate market have had an impact on its heritage and landscape, marking them out with remarkable replacement of its traditional structures, following the logic of "always new" and promoting new occupations. The research was organized in stages: a bibliographical review and documentary and photographic which contributed to obtaining data on the neighborhood.

Keywords: Landscape. Transformations. Space. Historic Center of Goiânia-Goiás-Brazil

1. INTRODUÇÃO

O Centro Histórico é o coração do sistema urbano como um todo, por abrigar os primeiros equipamentos e também por ser o primeiro cartão de visita de uma cidade. Como espaço pioneiro, pode ser compreendido como o lugar do passado, da história e das transformações socioespaciais de uma cidade. Via de regra, os centros fundacionais das cidades guardam as memórias das diversas camadas históricas que se sobrepuseram ao longo do tempo. No caso de Goiânia, esse local vem apresentando importantes transformações em sua paisagem construída, fato que pode ser notado no desenho de seus edifícios, na representatividade de seus marcos referenciais e nos delineamentos de seus traçados. Por ser o espaço fundacional da cidade, o Centro Histórico caracteriza-se como um palimpsesto, um acumulador de tempos, de formas, de usos e de significados.

As transformações de maiores impactos no Centro Histórico de Goiânia podem ser observadas nas suas mais recentes intervenções. Mas estas, para além de adotarem a lógica da substituição e da preferência pelo novo, ainda mantiveram as estruturas do passado. As paisagens dos centros históricos, portanto, podem ser consideradas complexas, reveladoras das dinâmicas dos lugares e da sucessão de diferentes ações sociais, políticas e econômicas no espaço urbano. Nesse sentido, para entender a paisagem do Centro Histórico da capital goiana, serão considerados os aspectos físicos do seu espaço construído, os imbricados processos de suas formações urbanas e arquitetônicas, as diferentes temporalidades do lugar e a sua historicidade.

A paisagem do Centro Histórico de Goiânia começou a se constituir nos anos de sua fundação, quando o lugar escolhido para a construção da nova capital goiana se caracterizava pelo predomínio da vegetação típica do Cerrado e por um amplo horizonte. Para atender aos anseios do então interventor da capital, Pedro Ludovico Teixeira, o arquiteto Atílio Correa Lima propôs um moderno desenho, nos moldes da então recente linguagem do urbanismo europeu. Assim, a paisagem constitutiva dessa cidade planejada possuía, por um lado, marcas de um novo lugar, o que revelava o desejo de progresso e modernidade, e por outro, os resquícios de seus traços rurais. A tradição e a modernidade amalgamavam-se assim na paisagem da capital planejada.

Nos anos 1950, essa paisagem inicial da capital implantada, onde predominava o verde, contou com as suas primeiras modificações, decorrentes do aumento populacional. O Centro passou a abrigar novos usos e edificações, tornando-se uma região mais adensada. Nas décadas de 1970 e 1980, com o contínuo crescimento da população, observou-se um significativo processo de verticalização, a exemplo do ocorrido na Avenida Goiás, uma das quatro principais vias do Centro. Registrava-se, desse modo, um novo momento na construção de sua paisagem. Próximo ao ano 2000, essa paisagem contou com intervenções urbanas pontuais, que trouxeram marcas que, ao mesmo tempo, romperam ou mantiveram o seu perfil anterior.

A pesquisa perquiriu os registros do tempo, materializados na paisagem do Centro Histórico, que foram compreendidos a partir de estudos exploratórios. Esse processo metodológico abarcou análises do espaço, execução de mapas, leitura de reportagens da época, documentos antigos e interpretação de fotografias. O conjunto do material permitiu a revelação das rupturas e das continuidades espaciais e temporais da paisagem da cidade.

A pesquisa exploratória foi dividida em duas etapas: a primeira dedicou-se ao levantamento de bibliografias que tratam dos conceitos de paisagem e de centros históricos; a segunda voltou-se às pesquisas documental, cartográfica e fotográfica. Com esta, obteve-se um material que permitiu recuperar as balizas iniciais da fundação de Goiânia (1930/1940), passando pelos momentos de importantes alterações que marcaram a paisagem da cidade. No que diz respeito à análise dos elementos físicos do Centro Histórico em questão, considerou-se especialmente o tecido urbano, que engloba a rede de vias, os espaços públicos, os parcelamentos fundiários e as edificações (Panerai, 2014). Para estas estruturas adotou-se mapas de cheios e vazios que mostraram a ocupação recente e a permanência ou não do traçado inicial do bairro. Por fim, para os edifícios, utilizaram-se também fotografias para identificar, por meio de estudos comparativos, as transformações sofridas pela paisagem.

2. POR UM ENTENDIMENTO DO CONCEITO DE PAISAGEM

Dada a importância que a paisagem assume neste artigo, em especial a urbana, é necessário construir alguns balizamentos acerca de seu conceito, que, assim como outros, é polissêmico e tem sido apropriado por diversas áreas do conhecimento. O que se propõe nesta seção, portanto, é uma breve abordagem do conteúdo evocado por esse conceito, que se desdobra nos procedimentos metodológicos escolhidos para tratar de uma dada realidade – o Centro Histórico de Goiânia.

Historicamente não existe um consenso sobre o conceito de paisagem, o que torna complexo o seu estudo. O pesquisador Schier (2003), por exemplo, no artigo intitulado “Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia”, aponta que essa discussão vem buscando a compreensão e a conciliação das relações sociais e naturais desde o século XIX, apresentando ao longo do tempo significativos dissensos. No campo dessa disciplina, o supracitado autor comenta: “[...] a interpretação do que é uma paisagem diverge dentro das múltiplas abordagens [...]. Observa-se que existem certas tendências ‘nacionais’ mostrando que o entendimento do conceito depende, e muito, das influências culturais e discursivas entre os geógrafos” (Schier, 2003, p. 80).

Exemplos dessa aproximação, com certas tendências “nacionais”, podem ser encontrados em várias vertentes da disciplina. Schier (2003) cita que, na geografia alemã, o conceito de paisagem é introduzido como uma categoria científica, enquanto na francesa, sob a influência de Paul Vidal de La Blache e Jean Rochefort, os estudiosos a entendem como a relação entre o homem e o seu espaço físico. Na trajetória desses estudos – prossegue o autor –, também

pode ser destacada a revolução quantitativa iniciada nos anos 1940 nos Estados Unidos, quando se substituiu o termo “landscape” pela ideia de região, sendo esta composta por variáveis abstratas retiradas da paisagem pela ação humana. Por fim, os estudos americanos definiram a paisagem como um sistema ecológico. “Com este modo de pensar, introduzia-se um entendimento sistêmico das unidades geográficas, que também faz parte da Nova Geografia” (Schier, 2003, p. 84).

Ainda em seus estudos, Schier (2003) afirma que muitos dos conceitos sobre paisagem estão relacionados a determinadas abordagens filosóficas. Inicialmente, um desses conceitos esteve atrelado ao positivismo da escola alemã, ou seja, com uma noção mais estática e ligada aos fatos geográficos agrupados em unidades espaciais. Em contraponto, a escola francesa conferiu à paisagem um caráter mais processual e dinâmico. Em comum, ambas as escolas consideram a paisagem como uma face material do mundo, na qual são impressas as atividades humanas (Schier, 2003).

Como exemplos de outras abordagens, apresentam-se a neopositivista, que adotou o termo região, procurando dar enfoque ao processo de abstração da realidade física, e a marxista materialista, que, conforme Schier (2003), pouco se interessa pela geograficidade da paisagem, definindo-a como um produto territorial da ação entre o capital e o trabalho.

Atualmente, o conceito de paisagem tem merecido mais cuidado, sendo considerada como resultado de uma avaliação ambiental e estética que também leva em conta a cultura das pessoas que a percebem e a constroem. A paisagem é, portanto, o resultado direto da atividade humana sobre o meio ambiente, o que a torna um produto cultural (Schier, 2003).

O sensorial, nesse sentido, também ganha importância, haja vista que

[...] a paisagem não é apenas a configuração espacial – forma, materialidade, sistema de objetos –, mas também inclui o domínio da percepção espacial, aí influenciando tanto os aspectos objetivos exteriores e interiores a quem observa a paisagem, quanto os aspectos subjetivos – culturais, simbólicos – de quem a produz e de quem a vivência (Queiroga, 2012, p. 211).

Essa ideia é reforçada por Santos (2018, p. 38), para quem a paisagem “[...] não é um dado da empiria, mas a condição do sujeito de perceber o mundo pelo viés de suas formas, cores, distribuição, e, portanto, o processo pelo qual o sujeito é capaz de transformar o sensorio em sensorio pensado”. Nessa perspectiva, ampliam-se as possibilidades para a leitura do mundo, considerando que o sensorial não se restringe à visão. Para o autor, ainda no que se refere à dimensão da aparência, a paisagem é a percepção das formas, o olhar, o olfato, a audição, o tato e o gosto; é também a construção nomenclatural, o sentido da descrição e a busca primária de significação. No que tange à paisagem urbana, especificamente, acrescenta-se a dimensão do cotidiano, da vida de seus habitantes, resultado da interação entre o meio físico, os grupos sociais que o habitam e o espaço construído (Alves, 2011).

Para Carlos (2004), a construção da paisagem urbana envolve ainda uma luta surda por investimentos públicos – ou por uma legislação urbanística favorável –, com o intuito de agregar valor à terra. Mas, ao fim e ao cabo, a autora afirma que tal movimento produz um espaço urbano que pode ser apreendido em sua concretude, resultado do acúmulo dos diversos tempos. E a paisagem, como manifestação do urbano, revela uma dimensão básica e necessária da produção do espaço construído, ou seja, de uma forma (Carlos, 2004).

O espaço construído – que abarca as novas e as velhas formas (e suas refuncionalizações) – é também objeto de análise deste artigo, uma vez que a cidade passa a ser apreendida por suas construções, que estão incrustadas na paisagem e, conseqüentemente, fixadas em um determinado tempo histórico. É a partir do espaço construído que se pode avaliar a diversidade dos usos do solo, os tipos de ocupação, o gabarito das edificações, enfim, as características que lhe são conferidas. No entanto, o que imprime conteúdo às formas e lhes dão sentido são as relações sociais; portanto, é a vida que anima o espaço construído. Há, nesse sentido, um compromisso da abordagem da paisagem de se guiar pela relação entre forma e conteúdo, entre aparência e essência e entre o que é estático e o que está em movimento.

A paisagem assim compreendida abarca não só a dimensão formal do urbano, pois vai além da aparência, assumindo a cidade como o resultado de um processo de diversas ações e como um fenômeno histórico e cultural. Acrescentem-se ainda alguns níveis de complexidade quando se tem o centro das cidades como objeto de estudo, em razão do acúmulo de formas, usos e significados, em decorrência da ação temporal. Assim, para entendê-lo é preciso descortinar as suas diversas camadas, alcançar os tempos mais pretéritos, identificar o que se oculta sob a superfície do espaço, compreender o discurso do escondido e dos significados que ela comporta. Nessa direção, Pesavento (2008, p. 9) pontua que “[...] o procedimento é sempre o da busca, da decifração, da revelação; da recusa à literalidade do mundo e do resgate dos possíveis sentidos, tendo sempre a alteridade daquilo que vem do passado”.

3. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DO CENTRO DE GOIÂNIA

Em 1938, a capital do estado de Goiás é transferida de Goiás para Goiânia, no contexto da política expansionista da Marcha para o Oeste do governo Getúlio Vargas, a capital goianiense foi a primeira a ser planejada no século XX e teve Atilio Correia Lima como o arquiteto responsável. Para tanto, ele adotou em seu projeto uma concepção que apresenta claras influências do urbanismo moderno europeu, cujo desenho se organiza segundo uma configuração de malha urbana radial, com centros e eixos que estruturam a Praça Cívica e as monumentais avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins (Figuras 1 e 2).



Figura 1: O esquema radial proposto por Atilio Correia Lima, 1950
Fonte: Fotografia do acervo digital do IBGE (2020)



Figura 2: Vista aérea do Centro de Goiânia, 1950
Fonte: Fotografia do acervo digital do IBGE (2020).

De 1930 até aproximadamente 1950, o desenho que definiu as bases iniciais da intervenção do homem sob a natureza é o que mostra a Figura 3 a seguir.



Figura 3: Vista aérea do Centro de Goiânia na década de 1940
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO. (2020)

Essa foi a paisagem que revelou os primeiros signos de uma modernidade prometida, marcada por ser um lugar em franca construção e pelo surgimento das arquiteturas déco e de estilos pitorescos. Novos usos e hábitos sociais também foram criados, tais como os passeios que os moradores realizavam ao longo da Avenida Goiás e os encontros sociais elitizados no Teatro Goiânia, Grande Hotel, Jôquei Clube e Café Central (Figura 4).

Figura 4: Café Central, localizado na Avenida Goiás
Fonte: Boaventura (2014).



Figura 5: Avenida Goiás, na década de 1940
Fonte: Fotografia do acervo digital do IBGE (2020)

Vale lembrar, todavia, que embora indicasse um novo tempo, com grandes inovações, tal panorama não mascarava os hábitos de uma população vinda do interior do estado e com hábitos e atitudes rurais e pacatas.

Na própria Rua 20, que deveria ser modelo não só do tipo de construção, mas também de conduta social, visto que lá se instalaram os funcionários públicos mais próximos do governador, permaneceram muitos hábitos praticados em comunidades interioranas e predominantemente rurais (Lima Filho; Machado, 2007, p. 148).

Para além das diversas dinâmicas sociais, a paisagem inicial de Goiânia revela também o desenho escolhido no plano de Atílio Correia Lima. Respeitando o relevo com pouca inclinação, a malha urbana ortogonal e a criação de lugares destinados aos usos, estruturou-se um sistema de eixos e espaços que atravessaram a linha do tempo histórico da cidade. Registram-se assim a sua permanência, continuidade e longa duração, que são, para Panerai (2014), as principais propriedades dos espaços públicos.

Foi, portanto, conforme essa organização espacial que a paisagem inicial da cidade, rarefeita e de pouca densidade, se formou (Figura 5).

Goiânia contava apenas com poucos edifícios e marcos espaciais, delineados predominantemente por uma natureza que emoldurava o amplo horizonte do



Figura 6: Avenida Goiás, na década de 1940
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO (2020)

Cerrado, formando a imagem de um típico espaço de uma nova cidade que se estabeleceu no sertão (Figuras 6 e 7).

Nesse cenário, sobressaíam os conjuntos de edifícios que se ergueram isoladamente, como aponta Pires (2009): o Palácio do Governo (1934), o Grande Hotel (1934), a Secretaria da Segurança Pública e Serviços (1934), a Chefatura e Prisão Pública da Superintendência de Obras e Ateliê (1934), as residências dos trabalhadores (1934/1936), a Assembleia Legislativa (1936), a residência do interventor (1934/1936), o Tribunal Regional Eleitoral (1934/1937), o Cine Teatro Goiânia (1937/1938), o edifício do Departamento de Imprensa e Propaganda (hoje, Museu Zoroastro Artiaga) e a Estação Ferroviária (1951/1954).

Posteriormente aos anos 1950, Goiânia cresceu exponencialmente, dadas as movimentações migratórias suscitadas pela construção de Brasília, pela chegada da estrada de ferro e pela abertura da BR-153. A cidade expandiu-se tanto econômica quanto demograficamente. As transformações ocorridas no bojo do processo de urbanização da região mudaram a cidade e, conseqüentemente, a paisagem urbana. Esses foram os anos em que o Centro Histórico contou mais efetivamente com modificações em seu espaço, provenientes do aumento populacional, assinalando assim rupturas com a paisagem anterior (Figuras 8 e 9).



Figura 7: Praça Cívica, na década de 1940
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO (2020).



Figura 8: Vista aérea do início dos anos 1940/1950
Fonte: Fotografia do acervo digital do IBGE (2020)



Figura 9: Avenida Goiás, final de 1950/ 1960
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO (2020)

No livro *Goiânia: metrópole não planejada*, Moyses (2004) caracteriza esse momento como o do abandono do plano original e da perda do controle do poder público sobre o parcelamento do solo, ficando o destino da cidade nas mãos da iniciativa privada. Todavia, foi mais precisamente a partir de 1960 que o processo de “urbanização” de Goiânia, sob a lógica do descontrole da expansão e da especulação imobiliária, se consolidou. Gonçalves (2002) afirma ser o descompasso entre o crescimento real e o planejado um processo de “desplanejamento” dessa cidade planejada. Como consequência, tem-se uma rápida expansão, também conduzida pela especulação imobiliária.

Em 1966, a população de Goiânia chegou a 154 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2020), número bem mais elevado do que a previsão inicialmente calculada, que considerava 50 mil pessoas. Em relação ao centro da capital, são claros os sinais desse impacto, observáveis na paisagem que já apresentava as primeiras rupturas com a horizontalidade anterior, conforme pôde ser visto na Figura 9. O adensamento construtivo das quadras, as mudanças da altura de alguns edifícios e a arquitetura de traços modernistas vão construindo um novo desenho para a paisagem do lugar.

Somam-se a esse quadro, mas dessa feita já nos anos 1970, os primeiros deslocamentos da elite goiana para os setores lindeiros Oeste e Sul, justificados, sob a ótica da criação de localizações, pela redução da qualidade espacial do que hoje é o Centro Histórico. Com essas mudanças, o bairro começou a mostrar não só os desgastes naturais do tempo, mas também o surgimento de edifícios de maior altura, a alternância do uso social dos lugares, como a substituição do *footing* da Avenida Goiás pela instalação da Feira Hippie (Figuras 10, 11 e 12).



Figura 10: Avenida Goiás, na década de 1960
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO (2020).



Figura 11: Praça Cívica e a verticalização na Av. Goiás (década de 1970)
Fonte: Fotografia do acervo da Segplan/GO (2020).



Figura 12: Feira Hippie ocupando a Av. Goiás na década de 1980
Fonte: Site Goiânia Antiga.

Na década de 1980, houve a fuga do comércio de produtos mais refinados para outras localidades da cidade, bem como a substituição das tradicionais salas de cinemas por outras que se estabeleceram no Shopping Flamboyant, localizado no setor Jardim Goiás (Vaz, 2002) identifica nesse momento uma “mudança no conteúdo”, caracterizada pelo abandono do Centro Histórico pelas elites locais, o que contribuiu para o seu processo embrionário de popularização.

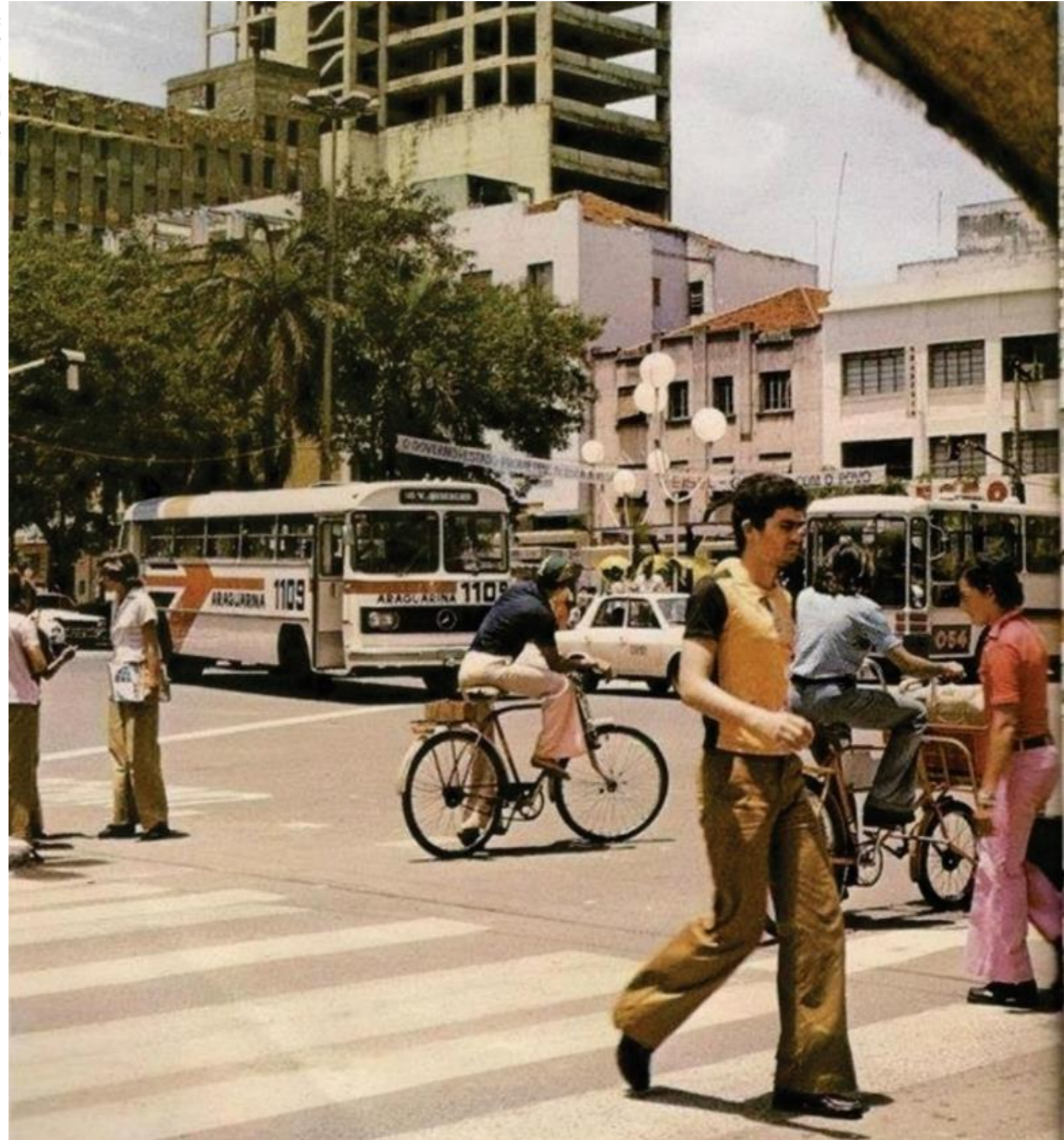
Ainda sobre as décadas de 1970 e 1980, o estudo de Oliveira *et al.* (2014) aponta o Plano Diretor (1967-1979) do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm como um indutor da incidência de forças especulativas no Centro. Conforme os autores, o Plano Diretor provocou, inclusive, um número considerável de demolições de casas tradicionais, que foram substituídas por altos edifícios residenciais e comerciais, o que deixa clara a influência dos interesses econômicos no processo de produção do espaço e, conseqüentemente, de alteração da paisagem.

Para Carlos (2004), esse fato modifica as referências identitárias dos habitantes do lugar, alterando-se as relações que mantinham com ele. Reforçando esse processo de transformação, pode ser apontada a Lei n.º 5.019/1975, proposta que se apoiou em estudos realizados pelo arquiteto e urbanista paranaense Jaime Lerner¹, que resultou na alteração de vias, zoneamento e usos do solo (Goiânia, 1975). Esses são alguns dos aspectos políticos do processo transformador. Nessa mesma época, o sistema de transporte público da cidade passou a conectar a área central à periférica, o que gerou não só um maior fluxo diário de pessoas, como também ajudou no incremento do comércio de rua, efetivando assim o processo de popularização do Centro Histórico de Goiânia e, conseqüentemente, a alteração de sua paisagem (Figura 13).

Na década de 1990, a cidade continuou em seu pleno crescimento, configurando-se como Região Metropolitana em 1999, por força da Lei Complementar n.º 27/1999 (Goiás, 1999). Essa nova condição gerou conseqüências ainda mais severas, que não só levaram ao desaparecimento das relações de escalas estabelecidas originalmente, como à substituição de usos de determinados espaços públicos e a significativa redução das proporções das áreas verdes previstas no plano de Atílio. Essa foi também a década do agravamento dos problemas urbanos, semelhantes aos de outros grandes centros do Brasil. Assim, infraestruturas envelhecidas, maiores densidades e comércio informal de ambulantes passaram a ser importantes destaques de uma nova paisagem.

Além da contínua verticalização da paisagem, com antigos sobrados cedendo lugar a novas torres, o Centro Histórico passou pela intensificação do comércio formal e informal. Mas se por um lado esse novo uso foi responsável pelo desgaste da imagem do Centro Histórico de Goiânia perante a elite, por outro, ele garantiu a movimentação de pessoas ao longo do dia nas avenidas Anhanguera, Araguaia, Tocantins e Goiás, mostrando assim uma importante dinâmica social de ocupação. À noite, tais dinâmicas de ocupação ficavam a

Figura 13:
Sistema de transporte na Avenida Goiás, no início década de 1980
Fonte: Site Goiânia Antiga



¹ A esse respeito, ver Ribeiro (2004).

cargo de escolas e de bares que ocupavam as calçadas das ruas 3, 8 e 9. Junto com tais mudanças, os tradicionais bailes da elite no Jôquei Clube foram substituídos por outros costumes: exibição de filmes pornográficos nos cinemas; shows de *strip-tease* em boates; e realização de bingos (Vaz, 2002).

Esse processo de transformações e de um certo abandono culminou nos anos 1990, situação que motivou diversas discussões acerca de uma necessária requalificação que buscasse a recuperação dos espaços públicos do Centro Histórico. É o que se pode observar nas seguintes notícias veiculadas na imprensa local: “Cidade quer autonomia para resgatar o seu plano” (*O Popular*, 15/08/1994); “Um novo visual para Goiânia” (*Diário da Manhã*, 7/02/1995); “Lento Caminho da Revitalização” (*O Popular*, 14/07/1996); “Revitalização: O Centro pede socorro” (*Diário da Manhã*, 14/01/1997).

As ações requalificadoras dos anos 2000 foram vistas então como instrumentos de uma possível e adequada recuperação de um Centro Histórico já marcado por vazios urbanos e uma grande ocupação de lotes destinados a estacionamentos. Mas em que pese a relevância social desses debates, o próprio Plano Diretor dessa época restringiu-se a reforçar a importância histórica do lugar, sem levar em consideração os seus novos usos e potencialidades (Vaz, 2002).

A despeito das considerações críticas sobre essas ações, o processo de requalificações iniciado nos anos 2000 foi o responsável por uma nova transformação da paisagem do Centro Histórico de uma Goiânia já consolidada como metrópole. Para tanto, em 2002 criou-se o Grupo Executivo de Revitalização do Centro, o Gecentro², que procurava implementar intervenções pautadas nas orientações da Agenda 21³. Dentre as áreas escolhidas para receber as intervenções, encontravam-se as praças Eurico Viana, Joaquim Rufino e Santos Dumont (Praça do Avião), o Mercado Aberto da Avenida Paranaíba (Figura 14) e a Avenida Goiás. Mas, os trabalhos foram efetivamente realizados à época da gestão do então prefeito Pedro Wilson (2001-2004), (Arantes, 2015).

Além dessas ações mais diretas, pensou-se também em uma operação urbana consorciada na cidade, cujo plano piloto seria a região central, e foram idealizadas ainda as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), cuja intencionalidade seria estimular a habitação de interesse social em áreas subutilizadas ou inutilizadas do Centro (Arantes, 2015).

Para dar continuidade às ações intervencionistas do Gecentro, criaram-se os projetos Cara Limpa, que buscava a valorização dos edifícios históricos, e o Estação Cultura, que visava recuperar e criar um centro de formação cultural na Estação Ferroviária de Goiânia. Também houve a restauração do Grande Hotel e a requalificação da Praça Tamandaré. Complementando essas propostas,

Figura 14: Estrutura do Mercado Aberto que ocupa o canteiro central da Av. Paranaíba
Fonte: Luciana Barcelos (2023)



² Conforme o Decreto Municipal nº 2434, de 09 de dezembro de 2002, “o Grupo Executivo de Revitalização do Centro Histórico de Goiânia – GECENTRO, com a finalidade de estudar, propor e coordenar a operacionalização da atuação das ações do setor público voltadas para a recuperação dos espaços centrais da Cidade” (Goiânia, 2002).

³ A Agenda 21 faz referência a uma agenda para o século XXI em que há a preocupação com o chamado desenvolvimento sustentável, considerando os problemas de diversas ordens que afetam o globo terrestre. É um documento em que pelo menos 178 países são signatários, cuja assinatura se deu na Rio92

foram ainda objeto de intervenção o sistema viário das avenidas 85, Marginal Botafogo e Leste-Oeste (Arantes, 2025).

Do conjunto de alterações propostas pelo Gecentro para o Centro Histórico, destacam-se as do Mercado Aberto da Paranaíba, da Avenida Goiás e da Vila Cultural Cora Coralina, todas realizadas em 2003. As demais intervenções foram frutos de iniciativas do projeto Goiânia 21: a requalificação da Praça Cívica em 2015 (Figura 15 e 16) e a construção do Centro de Excelência do Esporte em 2016 (Figura 17). Especificamente, a partir da Figura 15 é possível observar que antes da requalificação a Praça Cívica era utilizada como estacionamento, condição que corroborava para o discurso de perda da qualidade do ambiental do centro histórico, haja vista que o lugar passou a ser ocupado, majoritariamente, por carros e não por pessoas.



Figura 15: Praça Cívica antes das intervenções de requalificação (2012)
Fonte: Grupo Quatro

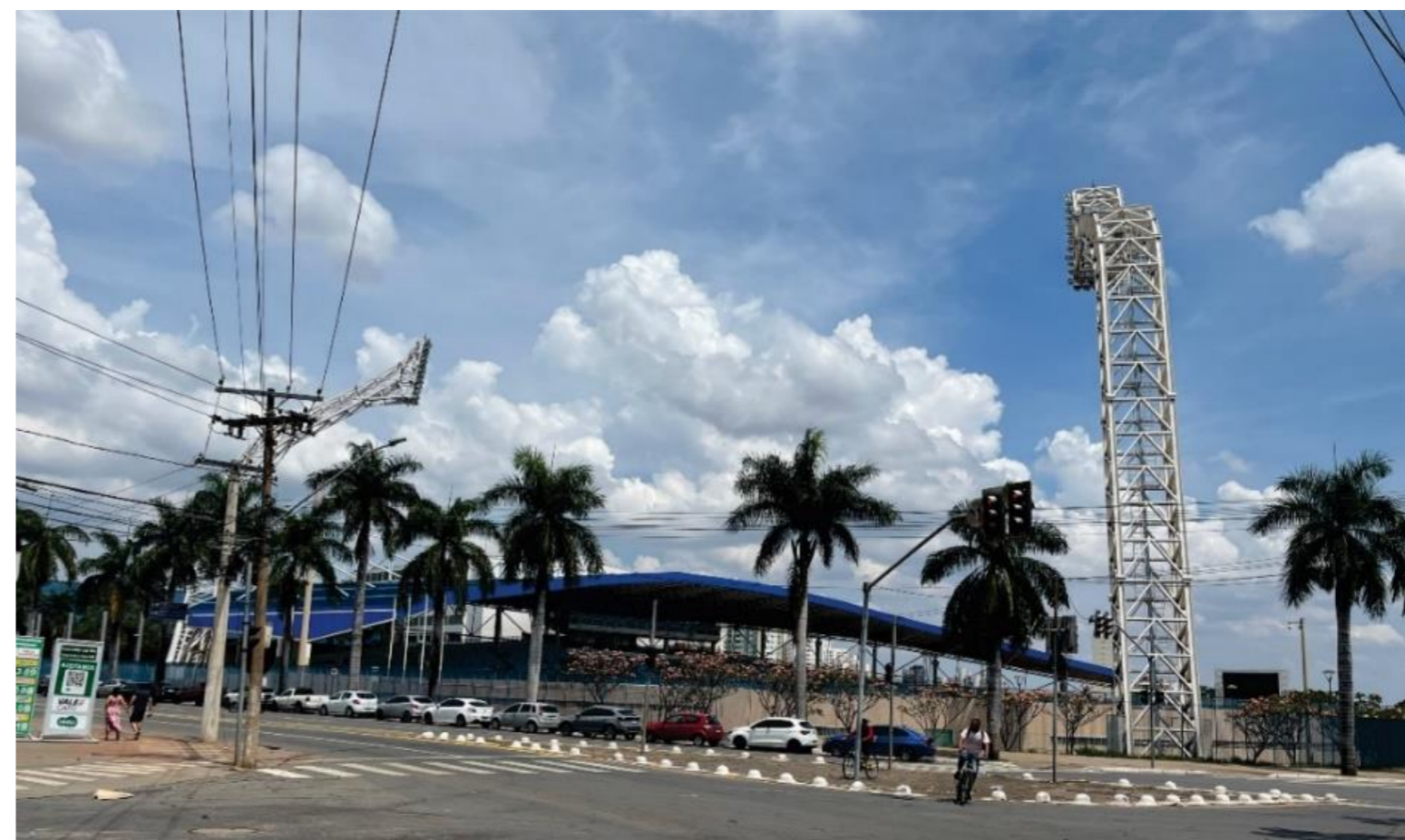


Figura 17: Centro de Excelência do Esporte em 2023
Fonte: Luciana Barcelos (2023)



Figura 16: Praça Cívica após as intervenções de requalificação (2022)
Fonte: Governo do Estado de Goiás⁴

Tais intervenções pontuais no Centro Histórico integram a mais recente camada adicionada à paisagem de Goiânia e marcam uma nova ruptura em relação à paisagem preexistente. Merece atenção o fato de as construções propostas para o Mercado Aberto da Avenida Paranaíba (2003) e para o Centro de Excelência do Esporte (2016) terem desconsiderado a escala das edificações circundantes e as relações com o entorno e o espaço público. São sobreposições que se destacam por grandes impactos e contrastes típicos das metrópoles. Carlos (2008, p. 60) mostra que esses contrastes “[...] vão desde o tipo de utilização que se faz da cidade à diferença entre as mesmas utilizações”.

O estudo sobre a construção da paisagem não estará concluído sem que se considerem as diferentes formas de apropriações no interior da parcela e dos lotes edificados. Neles, as edificações podem estar no alinhamento do lote ou recuadas, serem geminadas ou isoladas, altas ou baixas, tendo sempre a rua como referência. São essas características que permitem entender as massas adensadas e os vazios. Essas apropriações podem ser observadas no mapa de cheios de vazios (Figura 18), que permite visualizar as diferentes formas de ocupação.

⁴ Disponível em https://sagresonline.com.br/wp-content/uploads/2022/04/praca_civica.jpg. Acesso em outubro de 2023.



Figura 18: Mapa de cheios e vazios em 2014
Fonte: Boaventura (2014).

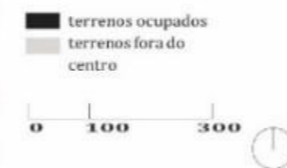


Figura 19: Mapas de usos do Centro de Goiânia em 2014
Fonte: Boaventura (2014).



No caso do Centro Histórico de Goiânia, nota-se que as ocupações estão voltadas para avenidas e ruas de comércio, ocupando quase que completamente os lotes (Figura 19), incluindo aí os recuos frontais e laterais.

Nas ruas adjacentes, as ocupações obedecem aos recuos. Nesses casos, os lotes e a legislação foram os elementos garantidores da permanência do desenho inicial. Por outro lado, com a verticalização e o crescente aumento da quantidade de carros e do volume comercial, os pátios internos às quadras passaram a ser insuficientes para a demanda das atividades comerciais, provocando assim a deturpação dos usos estabelecidos pelo plano original. Como exemplo, cita-se a quadra 38, que foi ilegalmente edificada (Figura 20).

Outras formas de ocupação também podem ser encontradas no Centro, por exemplo, no Beco da Codorna (Figura 21), onde existe um espaço de convívio ligado à promoção de atividades culturais e artísticas (Grande; Boaventura, 2015). Mesmo diante das parcelas de terrenos, que, como assevera Panerai

Figura 20: Mapas de uso do solo da quadra 38 no plano de Atilio Correia Lima (à esquerda) e no ano de 2014 (à direita).
Fonte: Boaventura (2014).

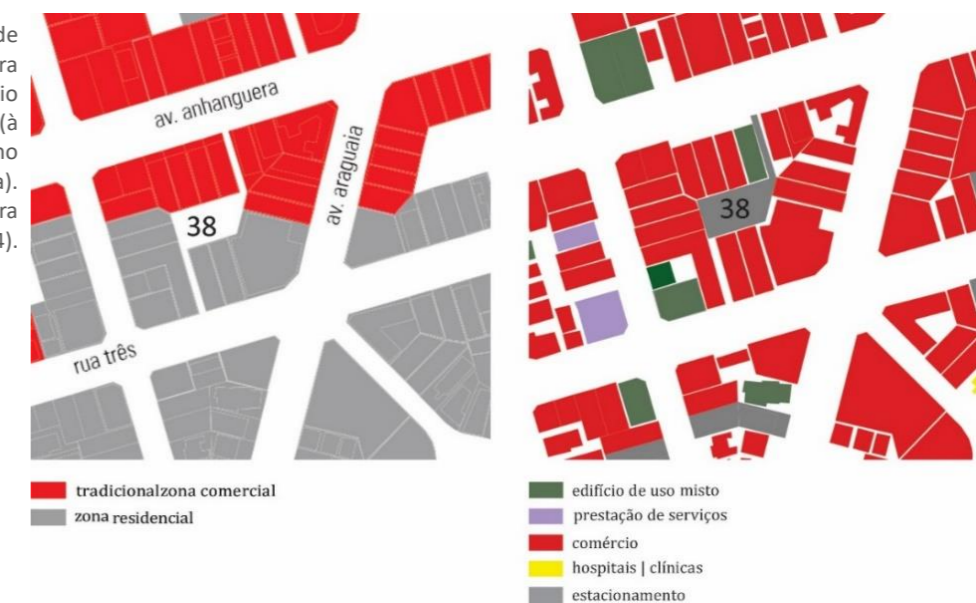
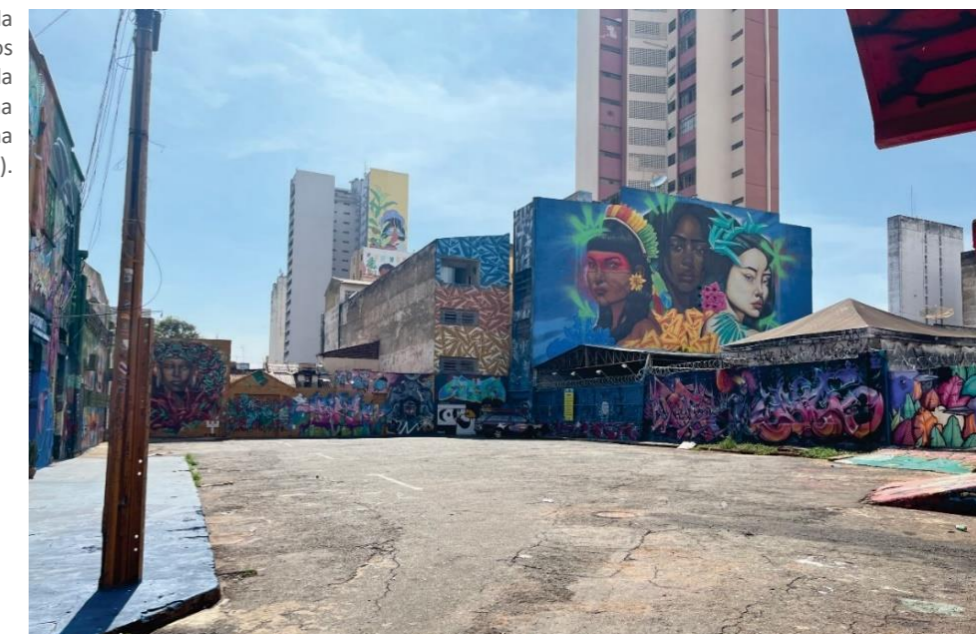


Figura 21: Beco da Codorna, um dos cartões postais da capital goiana
Fonte: Luciana Barcelos (2023).



(2014), são as que mantêm a forma do desenho tradicional, no caso do Centro de Goiânia e em virtude de seu crescimento e da adoção de novos usos, houve alterações significativas no padrão de ocupação previsto no plano de Atilio Correia Lima, e que afetaram, portanto, a sua paisagem (Figura 22).

Cabe destacar, neste momento, o papel dos vazios urbanos, que foram os maiores responsáveis pelas mudanças no Centro Histórico. Para essa análise, sai-se, então, do campo tradicional de determinada tradição dos estudos urbanos e adentra-se em outra mais afeita ao campo epistemológico da cidade como arquitetura. Nesse sentido, a paisagem apresenta-se também como uma sucessão de cheios e vazios relacionados de maneiras e em graus variados (Hillier; Hanson, 1989). No Centro de Goiânia, os vazios em conexão, articulados com um espaço mais densificado, influenciaram dinâmicas sociais ligadas à capacidade – maior ou menor – do movimento de indivíduos, grupos, classes etc. Em alguns deles, como no Beco da Codorna, ocorreu algo extremamente

Figura 22: Paisagem do centro histórico de Goiânia marcada pelas mudanças
Fonte: Acervo dos autores (2023)



valioso, que é a possibilidade do encontro. E quando as pessoas se encontram, a verdadeira ebulição cidadina tem lugar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Goiânia, desde a sua fundação até os dias atuais, passa por intensa e constante modificação de sua paisagem, influenciada por razões políticas, econômicas e sociais. O levantamento histórico dessas alterações permite observar as mudanças dos usos, da ocupação do solo, da massa vegetativa, do traçado viário e dos espaços públicos no decorrer do lapso de tempo estudado.

No que concerne ao campo político, a cidade nasceu para atender ao projeto modernizador de internalização do país no período varguista. Dessa pretensão, surgiu a proposta de Atilio para a implantação de uma nova capital, planejada segundo os referenciais urbanísticos europeus. Na década de 1950, em razão do crescimento populacional e impulsionado pelas construções de Brasília e de eixos viários, o Centro passou por um processo de adensamento, seguidos de afrouxamento, na década seguinte, das diretrizes urbanas.

Nos anos 1970, para atender ao crescimento populacional acumulado nas décadas anteriores, o poder público municipal editou a Lei n.º 5.019/ 1975, para dar rumo a organização da cidade. Ainda assim e apesar dos esforços a situação de agravou. Depois de anos de desprestígio do centro de Goiânia, somente nos anos 2000 iniciaram-se os debates sobre os problemas do bairro, apontando-se para a necessidade da sua requalificação.

Na esfera econômica, nos anos subsequentes ao *boom* populacional da década de 1950, o Centro Histórico sofreu o impacto da especulação imobiliária, que acabou por romper com sua tradicional horizontalidade. Aproveitando os afrouxamentos das leis e dos limites de gabarito, o investimento privado passou a ter controle sobre o espaço, alterando-o indiscriminadamente, segundo os interesses do capital. Assim, quadras passaram a ser adensadas e ocupadas por edifícios verticalizados, e os antigos sobrados deram lugar às novas torres. O desenrolar dessa opção política resultou, a partir da década de 1980, na mudança dos antigos residentes para as novas centralidades que então se consolidavam. Assim, ao Centro Histórico restou a predominância do uso comercial, financeiro e administrativo.

Por fim, no âmbito social, observa-se a inicial ocupação de um Centro Histórico criado por um projeto modernizador para uma população elitista e de tradição rural. Entre as décadas de 1950 a 1980, o lugar foi foco das principais organizações urbana e social, com bailes no Jôquei Clube, encontros no Café Central e a prática de *footing* na Avenida Goiás. Nas décadas seguintes, quando os tradicionais residentes abandonaram o Centro, as atividades culturais e de lazer migraram para outras localidades, restando àquele as ações comerciais e administrativas durante o dia, e aos usos tidos como marginalizados durante a noite.

O rápido crescimento da cidade e as mudanças de moradores e de usos ajudaram, portanto, a mudar o perfil da paisagem do Centro Histórico de Goiânia. Hoje ele apresenta marcas do passado, com intervenções responsáveis por rupturas espaciais. Os equipamentos urbanos e os edifícios espelham a imagem de um novo tempo, que também está marcado pelo movimento contínuo. A paisagem do Centro Histórico da capital goiana, portanto, é fruto dessa dinâmica. É o resultado e a consequência das transformações geradas pelas diversas ações humanas – sejam elas históricas, sejam políticas e econômicas –, que são orientadas para a construção da cidade. Mas não apenas isso; essa dinâmica também expressa, tal como nas demais metrópoles brasileiras, um cenário assinalado pela desigualdade social, pelo descuido, por uma vida cada vez mais acelerada e uma rotina diária vinculada ao horário comercial, permitindo que os períodos noturnos sejam mais esvaziados e inseguros.

Por fim, cabe esclarecer que, ainda que este artigo se concentre no bairro central de Goiânia, esta é uma primeira aproximação ao objeto. Assinale-se que esse esforço precisa ter continuidade, para que se estabeleçam relações mais complexas entre as diversas paisagens de Goiânia, tal como aponta Villaça (1998).

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Lidiane. Representações das transformações espaciais. Breves considerações sobre a paisagem urbana. **Para onde?** Revista eletrônica, v. 4, n. 1, agosto de 2011.
- ARANTES, Germana Farias de. **Intervenções Urbanas: rumo à cidade neoliberal**. Curitiba: Editora APPRIS, 2015.
- BOAVENTURA, Carolina Rodrigues. **Encontro e Memória: o Centro de Goiânia e o Jockey Clube**. 2014. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (TCC). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAU/USP). São Paulo, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GOIÂNIA. Lei n.º 5.019, de 8 de outubro de 1975. Altera Dispositivo da Lei n.º 4.523, de 31 de dezembro de 1.971, que aprova o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. Disponível em <https://cm-goiania.jusbrasil.com.br/legislacao/594116/lei-5019-75/> Acesso em: maio 2019.
- GOIÂNIA. Decreto nº 2434, de 09 de dezembro de 2002. Cria Grupo Executivo para Revitalização do Centro de Goiânia e dá outras providências. Disponível em https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2002/decreto24342002.pdf. Acesso em: abril 2023.
- GOIÁS. (Estado). **Lei Complementar n.º 27, de 30 de dezembro de 1999**. Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas. Disponível em:

http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=7066/ Acesso em: maio 2019.

- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Regional/ Goiânia: UFG, 2002.
- GRANDE, Ivan Oliveira de; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Goiânia: usos e transformações no espaço da Praça Cívica e Avenida Goiás. PerCursos**. Florianópolis, v.16, n.30, p.74-98, jan./abr. 2015.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil –1966**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1966.pdf/ Acesso em: maio 2020.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida. **Formas e tempos da cidade**. Goiânia: Cãnone Editorial/ Editora PUC-Goiás.
- MOYSES, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- OLIVEIRA, Simone Borges Camargo e FROTA, José Artur D'Aló. **Arquitetura moderna na paisagem cultural de Goiânia: Identidade e Preservação**. Belo Horizonte: **3º Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas**. 15 a 17 de set., 2014.
- PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora da UnB, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**. Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.
- PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia: cidade pré-moderna do cerrado, 1922/1938**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2009.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Livre Docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**. [s. l.], v. 7, p. 79-85, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/> Acesso em: 27 set. 2023.
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreasverdes**. 1. ed. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- SANTOS, Douglas. As leituras geográficas sobre paisagem. In: RIBEIRO, Mara Aline; MORETTI, Edvaldo Cesar (org.). **Olhares Geográficos Sobre Paisagem e Natureza**. Tupã, SP: ANAP, 2018. p. 35-50.
- VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Transformação no Centro de Goiânia: Renovação ou reestruturação?** 2002. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP: Lincoln Institute, 1998.



anos
tombamento
do acervo

DOSSIÊ
GOIÂNIA



anos
fundação
da cidade

REVISTA NÓS

CULTURA, ESTÉTICA E LINGUAGENS
VOL. 08, Nº 1, 1º SEMESTRE DE 2023

ISSN 2448-1793

Laila Beatriz da Rocha Loddi Título:
Título: Grande Hotel I
Técnica: Dobradura sobre fotografia
Dimensões: 45x55x5 cm
Data: 2023